

SUMÁRIO

Prefácio, xvii

Apresentação, xix

Agradecimentos, xxi

PARTE I – ESTRUTURA BÁSICA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, 1

1 A evolução do sistema tributário nacional, 3

- 1.1 O estado e o sistema tributário, 4
- 1.2 Os tributos no Brasil antes da reforma dos anos 1960, 5
- 1.3 A reforma tributária dos anos 1960, 5
- 1.4 A Constituição de 1988, 6
- 1.5 Reforma tributária: a oficial e a ideal, 8
 - 1.5.1 Entendendo os problemas nacionais no campo tributário e as dificuldades para resolvê-los, 8
 - 1.5.2 A reforma oficial, 11
 - 1.5.3 A reforma que precisamos: uma proposta ousada, 12
- 1.6 Demais vinculações federais, 15
- 1.7 O estudo dos tributos pela ciência contábil, 16
 - 1.7.1 O governo e a contabilidade, 16
- 1.8 Carga tributária e o PIB, 17
- 1.9 A disciplina Contabilidade Tributária e sua integração no curso de Ciências Contábeis, 17
- 1.10 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 18

2 Princípios constitucionais tributários e hierarquia do sistema tributário nacional, 21

- 2.1 Os princípios como base para as demais normas jurídicas, 22
 - 2.1.1 Princípio da legalidade, 22
 - 2.1.2 Princípio da irretroatividade tributária, 22
 - 2.1.3 Princípio da anterioridade, 22
 - 2.1.4 Princípio da isonomia tributária, 23
 - 2.1.5 Princípio da competência tributária, 23
 - 2.1.6 Princípio da capacidade contributiva, 24

- 2.1.7 Reserva de lei complementar, 24
- 2.1.8 Reserva de lei para anistia, 24
- 2.2 Hierarquia do sistema tributário nacional, 24
 - 2.2.1 Constituição Federal, 24
 - 2.2.2 Emenda constitucional, 24
 - 2.2.3 Lei complementar, 25
 - 2.2.4 Leis ordinárias, 25
 - 2.2.5 Medidas provisórias, 25
 - 2.2.6 Decreto legislativo, 26
 - 2.2.7 Decreto regulamentar, 26
 - 2.2.8 Resoluções, 26
 - 2.2.9 Tratados e convenções internacionais, 26
 - 2.2.10 Instrução normativa, 26
 - 2.2.11 Ato declaratório, 26
- 2.3 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 26

3 Tributos: conceitos, espécies e elementos fundamentais, 29

- 3.1 Estrutura básica do sistema tributário nacional, 30
- 3.2 Conceito de tributo, 30
- 3.3 Espécies de tributo, 30
 - 3.3.1 Impostos, 31
 - 3.3.2 Taxas, 31
 - 3.3.3 Contribuições de melhoria, 31
 - 3.3.4 Contribuições sociais, 32
 - 3.3.5 Contribuições econômicas e especiais, 32
 - 3.3.6 Empréstimos compulsórios, 32
- 3.4 Relação de tributos existentes no Brasil, 32
- 3.5 O que não é considerado tributo, 32
 - 3.5.1 Laudêmio, 32
 - 3.5.2 Serviços prestados, 33
 - 3.5.3 Multas, 33
 - 3.5.4 Tarifas, 33
 - 3.5.5 Pedágio, 33
- 3.6 Elementos fundamentais dos tributos, 34
 - 3.6.1 Fato gerador, 34

- 3.6.2 Contribuinte de fato e contribuinte responsável, 34
- 3.6.3 Base de cálculo, 35
- 3.6.4 Alíquota, 35
- 3.7 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 35

**PARTE II – DA CONTABILIDADE
INTRODUTÓRIA À CONTABILIDADE
TRIBUTÁRIA, 37**

4 Contabilidade estrutural: básica, lírica, poética, 39

- 4.1 A contabilidade e seu objetivo principal, 40
- 4.2 Contabilidade: quando nasceu, como se desenvolveu e técnicas para entendê-la de forma simples, 40
- 4.3 Resultado dentro do balanço patrimonial, 40
- 4.4 Surge uma nova demonstração: a DRE, 41
- 4.5 Contabilidade: coleta, tratamento e distribuição, 41
 - 4.5.1 Lógica para débitos e créditos, 41
- 4.6 A contabilidade é como um rio que termina no mar, 42
- 4.7 Estrutura básica da contabilidade (e os princípios?), 43
- 4.8 O regime de competência: confronto entre receita e despesa, 44
 - 4.8.1 Explicação alternativa, 45
- 4.9 Registros contábeis, 47
- 4.10 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 48

5 Contabilidade intermediária (societária), 51

- 5.1 A nova contabilidade brasileira: histórico da entrada em vigor, 52
- 5.2 Exercício social e elaboração das DFS, 52
- 5.3 Demonstração de resultado, 53
 - 5.3.1 Estrutura e forma de apresentação, 54
 - 5.3.2 Receita bruta de vendas de mercadorias e serviços, 54
 - 5.3.3 Deduções da receita bruta, 55
 - 5.3.4 Receita líquida de vendas e serviços, 60
 - 5.3.5 Custo das mercadorias, produtos ou serviços, 60
 - 5.3.6 Lucro bruto, 61
 - 5.3.7 Despesas operacionais, 61
 - 5.3.8 Resultado operacional, 61
 - 5.3.9 Outras receitas e despesas, 61
 - 5.3.10 Resultado antes dos tributos sobre o lucro, 62
 - 5.3.11 Contribuição social e imposto de renda, 62
 - 5.3.12 Participações que não se caracterizam como despesa, 62
 - 5.3.13 Resultado das operações continuadas, 63
 - 5.3.14 Resultados com operações descontinuadas (não recorrentes), 63

- 5.3.15 Lucro líquido (prejuízo) do período, 63
- 5.3.16 Quadro comparativo, 63
- 5.4 Estrutura do balanço patrimonial, 63
 - 5.4.1 Ativo circulante, 64
 - 5.4.2 Não circulante, 64
 - 5.4.3 Passivo, 65
 - 5.4.4 Critérios de avaliação do ativo e passivo, 65
 - 5.4.5 Patrimônio líquido, 67
 - 5.4.6 Outra forma de apresentar o balanço patrimonial, 67
- 5.5 Principais mudanças na legislação societária com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, 68
- 5.6 Balanço de abertura com as novas regras, 68
- 5.7 Regulamentações do CPC, 69
- 5.8 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 69

6 A relação Fisco x contabilidade: da Lei nº 6.404/76 até o RTT, 71

- 6.1 A longa e polêmica demora para o fim do RTT, 72
- 6.2 E o tal do LALUC, o que seria?, 75
 - 6.2.1 Exemplo simples de utilização do LALUC, 76
- 6.3 Regime tributário de transição (RTT), 77
- 6.4 RTT: opcional ou obrigatório, 78
- 6.5 Alternativa ao RTT em 2008 e 2009, 79
- 6.6 Escrituração contábil e fiscal, 80
- 6.7 F-CONT, ECF e LALUR eletrônico (e-LALUR), 81
- 6.8 Exemplo numérico do RTT, 82
- 6.9 Exemplo com valor residual e registros no F-CONT, 83
- 6.10 Explicação resumida para compreender o registro de IR diferido positivo e negativo, 85
- 6.11 Arrendamento mercantil financeiro, 85
- 6.12 Fim do RTT: 2014 ou 2015, 86
- 6.13 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 86

7 Os pronunciamentos do CPC e os impactos tributários, 89

- 7.1 Considerações iniciais, 90
- 7.2 Pronunciamentos referentes aos bens do ativo fixo, 90
 - 7.2.1 Provisão para *impairment*, 90
 - 7.2.2 Teste de *impairment*: o exemplo da avenida Brasil, 90
 - 7.2.3 Outro exemplo numérico, 91
 - 7.2.4 Tratamento fiscal do *impairment test*, 92
 - 7.2.5 Registro dos bens do imobilizado, 92
 - 7.2.6 Ativo intangível (CPC 04) e ativo diferido, 94
 - 7.2.7 Ativo biológico e produto agrícola, 95
 - 7.2.8 Propriedades para investimento, 96
- 7.3 Ajuste a valor presente, 96

- 7.4 Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: CPC 02, 97
 - 7.4.1 Reflexos fiscais do CPC 02, 98
 - 7.5 Pagamento baseado em ações – CPC 10, 98
 - 7.6 Estoques – CPC 16, 99
 - 7.7 Ativo não circulante mantido para venda – CPC 31, 99
 - 7.8 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 99
- 8 A Lei nº 12.973/14 e a integração do Fisco com a contabilidade moderna aplicada no Brasil, 103**
- 8.1 Considerações iniciais, 104
 - 8.2 Ajuste por ocasião da adoção inicial da Lei nº 12.973/14, 104
 - 8.3 Apuração do lucro tributável e o LALUR, 105
 - 8.4 Redefinição do conceito de receita bruta, 106
 - 8.5 Custo dos bens e serviços e o arrendamento mercantil, 107
 - 8.6 Valor unitário de aquisição do imobilizado: valor atualizado, 109
 - 8.7 Despesas financeiras integradas ao ativo imobilizado (em construção), 109
 - 8.8 Lucro da exploração: ajustes a considerar, 110
 - 8.9 Custos de distribuição primária de ações ou bônus de subscrição, 111
 - 8.10 Custo e lucro bruto em transações imobiliárias, 111
 - 8.11 Ganho de capital, 111
 - 8.11.1 Ganho de capital na base do lucro presumido (e arbitrado), 112
 - 8.11.2 Ajuste a valor presente na base de CSLL pelo lucro presumido, 113
 - 8.12 Mudança de lucro presumido para lucro real: tributação dos valores diferidos, 113
 - 8.13 Base de cálculo do pagamento de juros sobre capital próprio, 113
 - 8.14 Dedução de depreciação de bem objeto de arrendamento, 114
 - 8.15 Pequenos ajustes nas bases estimadas de IR e CSLL, 114
 - 8.16 Ajuste na base do lucro arbitrado, 115
 - 8.17 Novidades da Lei nº 12.973/14 em relação às bases de IR e CSLL, 115
 - 8.17.1 Ajuste a valor presente, 115
 - 8.17.2 Juros sobre financiamento atrelado a imobilizado em construção: reflexo no ganho de capital, 116
 - 8.17.3 Despesas pré-operacionais ou pré-industriais, 116
 - 8.17.4 Receita e despesa referentes a ganho ou perda decorrentes de avaliação a valor justo de ativos e passivos, 117
 - 8.17.5 Avaliação de ativos a valor justo: ganho de capital subscrição de ações, 117
 - 8.17.6 Contratos a longo prazo, 117
 - 8.17.7 Receita com subvenção para investimentos e prêmio na emissão de debêntures, 118
 - 8.17.8 Provisão para perdas por recuperabilidade de ativos, 118
 - 8.17.9 Pagamento baseado em ações, 118
 - 8.17.10 Contrato de concessão de serviços públicos, 119
 - 8.17.11 Despesa de depreciação, 119
 - 8.17.12 Amortização do intangível, 119
 - 8.17.13 Prejuízos nas atividades não operacionais, 120
 - 8.17.14 Receita de contratos de concessão, 120
 - 8.17.15 Custos estimados de desmontagens, 120
 - 8.17.16 Arrendamento mercantil, 120
 - 8.18 Contribuição social sobre o lucro líquido, 121
 - 8.19 PIS/PASEP e COFINS, 122
 - 8.20 Outros detalhes relevantes, 122
 - 8.21 Participações societárias, 122
 - 8.22 40 Perguntas respondidas sobre a aplicação da Lei nº 12.973/14, 122
 - 8.23 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 140
- 9 Adoção inicial da Lei nº 12.973/14, 143**
- 9.1 O LALUR, o F-CONT e o retorno ao (e-) LALUR, 144
 - 9.2 A adoção inicial e o uso de subcontas, 144
 - 9.3 O Anexo IV e a neutralidade proposta pela RFB, 145
 - 9.4 Empresa prejudicada, 146
 - 9.5 Empresa beneficiada com essa confusão: é possível?, 148
 - 9.6 Adoção inicial com valor justo e valor presente, 149
 - 9.6.1 Exemplos do Anexo I, 150
 - 9.7 O critério da rastreabilidade, 150
 - 9.7.1 Provisão para garantia, 150
 - 9.7.2 Arrendamento mercantil e juros sobre capital próprio, 151
 - 9.8 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 151
- PARTE III – TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO, 155**
- 10 Tributação sobre consumo no Brasil, 157**
- 10.1 Conceito geral de tributação sobre o consumo, 158
 - 10.2 Os tributos cobrados no Brasil sobre o consumo, 158
 - 10.2.1 IPI, 158
 - 10.2.2 II e IE, 158
 - 10.2.3 ICMS, 158
 - 10.2.4 ISS, 158
 - 10.2.5 PIS/PASEP e COFINS, 159
 - 10.2.6 Cide, 159
 - 10.2.7 INSS sobre faturamento (CPP), 159
 - 10.2.8 IOF, 159

- 10.3 Quanto tem de tributos em cada produto, 159
- 10.4 Números da tributação sobre o consumo no Brasil, 159
- 10.5 A demonstração do valor adicionado, 161
 - 10.5.1 Maiores empresas têm carga tributária maior que a carga tributária nacional divulgada, 161
- 10.6 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 162
- 11 IPI – Imposto sobre produtos industrializados, 165**
 - 11.1 Créditos para Rodolfo Castro e Arnaud Silva, 166
 - 11.2 Aspectos introdutórios, 166
 - 11.3 O IPI na Constituição de 1988, 167
 - 11.3.1 Princípio da competência tributária e da capacidade contributiva, 167
 - 11.3.2 Princípio da legalidade, 167
 - 11.3.3 Princípio da anterioridade e regra da noventena, 167
 - 11.3.4 Princípio da seletividade, 168
 - 11.3.5 Princípio da não cumulatividade, 168
 - 11.3.6 Outros princípios, 169
 - 11.4 Arrecadação do IPI e distribuição dos seus recursos, 169
 - 11.5 Fato gerador, 170
 - 11.6 Definição legal de industrialização, 170
 - 11.6.1 Beneficiamento, 170
 - 11.6.2 Montagem, 170
 - 11.6.3 Transformação, 171
 - 11.6.4 Acondicionamento ou reacondicionamento, 171
 - 11.6.5 Renovação ou reacondicionamento, 171
 - 11.7 Exclusão, 171
 - 11.8 Base de cálculo, 172
 - 11.9 Imunidades no IPI, 173
 - 11.10 Isenção do IPI, 173
 - 11.11 Crédito do imposto, 173
 - 11.12 Alíquotas, 174
 - 11.13 Contribuinte, 174
 - 11.14 Contabilização, 174
 - 11.15 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 174
- 12 Imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e serviços de transporte intermunicipal e interestadual e de comunicações – ICMS, 177**
 - 12.1 Conceito geral, 178
 - 12.2 Regulamentação na Constituição, 178
 - 12.3 Leis complementares e leis estaduais, 181
 - 12.4 Créditos do ICMS e o método não cumulativo, 182
 - 12.4.1 O caso da loja de roupas, 182
 - 12.5 Incidência: fato gerador, 183
 - 12.6 Operações relativas à circulação de mercadorias, 183
 - 12.7 Conflito entre ISS e ICMS, 183
 - 12.7.1 Fornecimento de alimentação e bebidas, 185
 - 12.8 Prestação de serviços de transporte, 185
 - 12.9 Prestação de serviços de comunicação, 185
 - 12.10 Entrada de mercadorias ou bem importados, 185
 - 12.11 Resolução nº 13 do Senado Federal, 185
 - 12.12 Venda a ordem, 186
 - 12.13 Base de cálculo, 186
 - 12.13.1 IPI, frete, seguros, descontos e o cálculo do ICMS, 187
 - 12.13.2 Exemplo numérico com icms e IPI, 187
 - 12.13.3 Exemplo numérico com vendas no exterior, 187
 - 12.13.4 Exemplo numérico com vendas isentas, 188
 - 12.14 Base de cálculo na importação, 188
 - 12.15 Crédito sobre aquisição de bens do ativo imobilizado, 189
 - 12.15.1 Uso do crédito do imobilizado com saídas não tributadas: exemplo, 190
 - 12.16 Alíquotas, 191
 - 12.16.1 Alíquota interna, 191
 - 12.16.2 Alíquotas interestaduais, 192
 - 12.16.3 Emenda Constitucional nº 87, de 16/abr/15, 193
 - 12.16.4 Exemplo numérico, 194
 - 12.16.5 Exemplo com IPI e vendas interestaduais, 195
 - 12.16.6 Exemplo com maioria das vendas ao exterior, 195
 - 12.17 Contribuinte, 195
 - 12.18 Não incidência, 195
 - 12.19 Registros contábeis, 196
 - 12.20 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 196
- 13 O ICMS e o modelo de substituição tributária, 199**
 - 13.1 Aspectos introdutórios, 200
 - 13.2 Característica principal, 200
 - 13.3 Contribuintes, 201
 - 13.4 Fato gerador presumido, 201
 - 13.5 IPI, frete, desconto e o cálculo do ICMS ST, 202
 - 13.6 Os estados e os produtos escolhidos para fins de substituição tributária, 202
 - 13.7 Confaz, 202
 - 13.8 Exemplo real de protocolo, 202
 - 13.9 Exemplo de substituição tributária com venda final por preço menor que o definido em lei, 203
 - 13.10 Industrial, atacadista ou distribuidor e varejista, 204
 - 13.11 A contabilidade na empresa substituída, 205
 - 13.12 A distribuidora, a contabilidade e o ICMS ST, 206
 - 13.13 Decisão polêmica do STF pode revolucionar o modelo de ST, 207
 - 13.14 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 207
- 14 ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza, 211**
 - 14.1 Evolução histórica, 212

- 14.2 Estrutura básica, 213
 - 14.3 Fato gerador, 213
 - 14.4 Momento da incidência, 214
 - 14.5 Base de cálculo, 214
 - 14.5.1 Caso interessante: o ISS cobrado sobre pedágio, 214
 - 14.5.2 O ISS e o ajuste a valor presente, 215
 - 14.5.3 Exceções à base de cálculo, 215
 - 14.6 Contribuinte de fato e responsável, 215
 - 14.7 Não incidência, 216
 - 14.8 Alíquotas, 216
 - 14.8.1 Alíquotas mínima e máxima, 216
 - 14.8.2 Alíquota interna, 216
 - 14.9 Local da prestação do serviço e do recolhimento do imposto, 216
 - 14.10 Sociedade de profissionais, 218
 - 14.11 Tributação de sociedades uniprofissionais na cidade do Rio de Janeiro, 218
 - 14.11.1 Definição, 218
 - 14.11.2 Base de cálculo estimada, 218
 - 14.11.3 Alíquota e prazos de pagamento, 219
 - 14.12 Lista de serviços, 219
 - 14.12.1 Informática e congêneres, 219
 - 14.12.2 Medicina e assistência veterinária, 219
 - 14.12.3 Cuidados pessoais, 219
 - 14.12.4 Engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, limpeza, manutenção, meio ambiente e saneamento, 219
 - 14.12.5 Diversão e lazer, 219
 - 14.13 Contabilização, 219
 - 14.14 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 220
- 15 PIS/PASEP e COFINS: estrutura básica, 223**
- 15.1 PIS/PASEP e COFINS no sistema tributário nacional, 224
 - 15.2 PIS/PASEP, 224
 - 15.3 COFINS, 224
 - 15.4 Exemplo numérico de tributação cumulativa, 225
 - 15.5 PIS e COFINS nas empresas submetidas a tributação pelos lucros presumido ou arbitrado, 226
 - 15.5.1 Redefinição do conceito de receita bruta, 226
 - 15.5.2 Regime de reconhecimento de receitas, 228
 - 15.5.3 Vendas para governo, 228
 - 15.5.4 Exemplos numéricos, 228
 - 15.6 PIS + COFINS nas empresas tributadas pelo lucro real, 229
 - 15.6.1 Base de cálculo: o total de receitas e as exclusões, 230
 - 15.6.2 Outras receitas que devem ser tributadas, 230
 - 15.6.3 Deduções da base de cálculo, 231
 - 15.6.4 Receitas financeiras, 231
 - 15.6.5 Base de cálculo, alíquotas e despesa em empresas sujeitas ao método não cumulativo, 232
- 15.7 Créditos permitidos no método não cumulativo, 232**
- 15.7.1 Compras para revenda, 234
 - 15.7.2 Bens e serviços utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, 235
 - 15.7.3 Aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica e utilizados nas atividades da empresa, 236
 - 15.7.4 Despesas de arrendamento mercantil, 236
 - 15.7.5 Depreciação de bens do ativo imobilizado, 237
 - 15.7.6 Benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros, utilizados nas atividades da empresa, 241
 - 15.7.7 Energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica, 241
 - 15.7.8 Armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, quando o ônus for suportado pelo vendedor, 241
 - 15.7.9 Vale-transporte, alimentação e vestuário, 241
 - 15.7.10 Crédito presumido sobre saldo de estoque, 242
 - 15.7.11 Estorno de crédito de bens não utilizados para produção ou revenda, 242
 - 15.7.12 O CARF e os créditos de PIS e COFINS, 242
- 15.8 Empresas com tributação mista, 243**
- 15.8.1 Receitas de serviços de telecomunicações, 244
 - 15.8.2 Demais receitas com tributação mista, 245
- 15.9 Receitas de vendas de veículos usados, 245**
- 15.10 Quem ganhou com a mudança do método cumulativo para o método não cumulativo, 246**
- 15.11 Tributação monofásica ou concentrada, 247
 - 15.12 Produtos com alíquota zero, 248
 - 15.13 Crédito presumido, 248
 - 15.14 Tributação das importações, 249
 - 15.14.1 Incidência, 249
 - 15.14.2 Não incidência, 249
 - 15.14.3 Fato gerador, 250
 - 15.14.4 Contribuintes, 250
 - 15.14.5 Base de cálculo, 250
 - 15.14.6 Alíquotas, 251
 - 15.14.7 Créditos nas importações, 251
 - 15.15 Outras informações e detalhes sobre PIS e COFINS, 252
 - 15.16 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 252
- 16 PIS/PASEP e COFINS: aspectos contábeis, 255**
- 16.1 Aspectos introdutórios, 256

- 16.2 O registro e o controle do PIS e da COFINS com base na experiência acumulada pela contabilidade no reconhecimento do direito de recuperação de crédito tributário de natureza mercantil, 256
 - 16.2.1 Método direto subtrativo, 256
 - 16.2.2 Método direto aditivo, 256
 - 16.2.3 Método indireto subtrativo, 257
 - 16.2.4 Método de crédito do tributo, 257
 - 16.3 O PIS, a COFINS e os métodos existentes, 257
 - 16.4 Escrituração contábil da empresa, 257
 - 16.5 Registro na demonstração do resultado, 257
 - 16.6 Compra de mercadorias, matéria-prima e insumos, 258
 - 16.7 Exemplo numérico com vendas no mercado interno, 258
 - 16.8 Exemplo numérico com vendas no mercado externo, 259
 - 16.9 Crédito sobre estoque inicial, 261
 - 16.10 Crédito sobre despesas, 261
 - 16.11 Depreciação fiscal e contábil e os créditos de PIS e COFINS, 261
 - 16.12 Exemplos numéricos, 262
 - 16.13 Problemas (e soluções) no registro contábil do arrendamento mercantil financeiro, 263
 - 16.14 O crédito de PIS e COFINS nos pagamentos de arrendamentos, 263
 - 16.14.1 Exemplo numérico, 264
 - 16.15 O impacto do ICMS ST nas bases de PIS e COFINS nas empresas distribuidoras ou atacadistas, 265
 - 16.16 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 266
- 17 Tributos com função regulatória, 269**
- 17.1 O que é um tributo com função regulatória, 270
 - 17.2 Impostos sobre comércio exterior, 270
 - 17.3 Imposto sobre operações financeiras, 270
 - 17.3.1 Operações de crédito, 271
 - 17.3.2 Operações de câmbio, 273
 - 17.3.3 Operações de seguros, 274
 - 17.3.4 Títulos e valores mobiliários, 274
 - 17.3.5 Operações com ouro, 275
 - 17.4 CPMF, o imposto do cheque, 275
 - 17.5 CIDE, 275
 - 17.5.1 CIDE-remessas para o exterior, 275
 - 17.5.2 CIDE-combustíveis, 277
 - 17.6 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 279
- PARTE IV – TRIBUTAÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO E ENCARGOS SOCIAIS, 281**
- 18 Impostos sobre o patrimônio, 283**
- 18.1 Breve introdução, 284
 - 18.2 Tributação sobre o patrimônio, 284
 - 18.3 Imposto sobre a herança (ITD), 284
 - 18.3.1 Evolução histórica até a carta de 1988, 284
 - 18.3.2 O ITD na Constituição de 1988, 285
 - 18.3.3 Legislação básica no estado do RJ, 285
 - 18.4 Imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI), 287
 - 18.4.1 Fato gerador, 287
 - 18.4.2 ITBI na transferência de pessoa física para jurídica, 287
 - 18.4.3 Contribuinte e base de cálculo, 288
 - 18.4.4 Alíquota, 288
 - 18.4.5 Prazos de pagamento e penalidades, 288
 - 18.4.6 Isenções, 288
 - 18.4.7 Registro contábil, 288
 - 18.5 Imposto sobre propriedade urbana (IPTU), 289
 - 18.5.1 Fato gerador, 289
 - 18.5.2 Contribuinte, 289
 - 18.5.3 Base de cálculo, 290
 - 18.5.4 Alíquotas e progressividade do imposto, 290
 - 18.5.5 Prazo de pagamento, 290
 - 18.5.6 Isenções, 290
 - 18.5.7 Registro contábil nas empresas, 291
 - 18.6 Imposto sobre veículos (IPVA), 291
 - 18.6.1 Breve histórico, 292
 - 18.6.2 Fato gerador, base de cálculo e alíquota, 292
 - 18.6.3 Isenção e não incidência, 293
 - 18.6.4 Injustiça tributária, 293
 - 18.6.5 Registro contábil nas empresas, 294
 - 18.7 Imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), 294
 - 18.7.1 Alterações na Emenda nº 42/03, 295
 - 18.8 Imposto sobre grandes fortunas, 295
 - 18.9 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 296
- 19 O sistema previdenciário brasileiro e os encargos sociais, 299**
- 19.1 Aspectos introdutórios, 300
 - 19.2 Breve histórico da previdência social, 300
 - 19.3 Os números da previdência social e a possível reforma, 302
 - 19.4 Contribuições previdenciárias, 303
 - 19.4.1 Contribuições do empregador, 303
 - 19.4.2 Contribuições do INSS sobre a receita bruta, 304
 - 19.5 Contribuições do empregado, 304
 - 19.6 Fundo de garantia do tempo de serviço, 305
 - 19.7 Contribuições a terceiros, 305
 - 19.7.1 Salário-educação, 305
 - 19.7.2 INCRA, 306
 - 19.7.3 SENAI, 306
 - 19.7.4 SESI, 306
 - 19.7.5 SENAC, 307
 - 19.7.6 SESC, 307
 - 19.7.7 SENAR, 307
 - 19.7.8 SEST e SENAT, 307
 - 19.7.9 SEBRAE, 308
 - 19.7.10 Fundo aeroviário e DPC, 308
 - 19.7.11 SESCOOP, 308
 - 19.7.12 FUST, 308
 - 19.8 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 309

PARTE V – TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA: IRPJ E CSLL, 311

20 Tributação sobre o lucro no Brasil, 313

- 20.1 Dois tributos diferentes sobre o lucro, 314
- 20.2 Princípios básicos do imposto de renda, 314
- 20.3 Fato gerador, 314
- 20.4 Declaração anual, 315
- 20.5 Declaração mensal, 315
- 20.6 Base de cálculo, 316
- 20.7 Alíquotas, 316
 - 20.7.1 Imposto de renda, 316
 - 20.7.2 Dois caminhos para encontrar o IR devido, 317
 - 20.7.3 Contribuição social, 317
- 20.8 Formas de tributação sobre o lucro, 318
- 20.9 Contribuição social sobre o lucro líquido, 319
 - 20.9.1 Contribuintes e fato gerador, 319
 - 20.9.2 Cálculo da CSLL pelo lucro real, 319
- 20.10 A nova contabilidade e as formas de tributação sobre o lucro, 320
- 20.11 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 320

21 Lucro presumido, 323

- 21.1 Conceito, 324
- 21.2 Empresas proibidas, 324
- 21.3 Escrituração contábil ou livro caixa, 325
- 21.4 Momento da opção, 325
- 21.5 Periodicidade e prazo de recolhimento, 325
- 21.6 Encargos sobre atrasos, 326
 - 21.6.1 Cuidado no atraso de parcelamento, 326
- 21.7 Base de cálculo e alíquotas, 327
 - 21.7.1 Consultas respondidas pela RFB, 327
 - 21.7.2 Alíquotas aplicadas, 328
- 21.8 Cálculo do IR e da CSLL, 328
- 21.9 Exemplos numéricos, 328
 - 21.9.1 Posto de gasolina, 328
 - 21.9.2 Comércio de móveis, 329
- 21.10 Empresa de serviços com receita anual até R\$ 120 mil, 329
- 21.11 Distribuição de lucros, 330
 - 21.11.1 Exemplo numérico, 330
- 21.12 Compensação de prejuízos fiscais, 331
- 21.13 O lucro presumido, contabilidade moderna e a Lei nº 12.973/14, 331
- 21.14 Ganho na venda de bens do imobilizado e falta de registro da depreciação, 331
- 21.15 Planejamento tributário, 332
 - 21.15.1 Exemplo numérico, 332
- 21.16 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 332

22 Estrutura básica do lucro real, 335

- 22.1 Resultado apurado nas entidades empresariais, 336
- 22.2 Tributação sobre o lucro, 336
 - 22.2.1 Resultado antes de IR + CSLL, 336
 - 22.2.2 Adições – despesas contabilizadas e não aceitas pelo Fisco, 336

- 22.2.3 Adições – receitas exigidas pelo Fisco e não contabilizadas em receita, 336
- 22.2.4 Exclusões – receitas contabilizadas e não exigidas pelo Fisco, 337
- 22.2.5 Exclusões – despesas aceitas pelo Fisco e não contabilizadas em despesa, 337
- 22.2.6 Lucro (ou prejuízo) líquido ajustado, 337
- 22.2.7 Compensação de prejuízos fiscais, 337
- 22.2.8 Lucro fiscal, 337
- 22.3 Explicação alternativa, 337
- 22.4 Compensação de prejuízos fiscais, 339
 - 22.4.1 Limitação percentual, 339
 - 22.4.2 Empresa que deixar de existir perderá prejuízos fiscais, 339
 - 22.4.3 Caso interessante: Sadia e Perdigão, 340
 - 22.4.4 Tributação sobre o capital e não sobre o lucro, 340
 - 22.4.5 Exclusão postergada, 341
 - 22.4.6 Uso do prejuízo fiscal no refinanciamento de tributos federais, 342
 - 22.4.7 Compensação de prejuízos de empresas controladas, 342
- 22.5 LALUR, 343
 - 22.5.1 Dispositivo legal, 343
 - 22.5.2 Parte a: do lucro contábil ao lucro real, 344
 - 22.5.3 Parte b: registros que poderão afetar o resultado fiscal em períodos seguintes, 344
 - 22.5.4 Livro de apuração da base da contribuição social, 344
- 22.6 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 345

23 Lucro real: comparação entre as opções trimestral e anual, 347

- 23.1 Opções de tributação do lucro real, 348
- 23.2 Lucro real trimestral, 348
- 23.3 Exemplo numérico com perda do adicional, 348
- 23.4 Empresa atingida pela crise mundial e a apuração trimestral de IR + CSLL, 349
- 23.5 Exemplo com prejuízo no terceiro trimestre, 349
- 23.6 Lucro real trimestral melhor que a apuração anual, 350
- 23.7 Exemplo numérico, 350
- 23.8 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 351

24 Lucro real anual: antecipações mensais em bases estimadas, 353

- 24.1 Lucro real e o período de apuração, 354
- 24.2 Apuração anual, recolhimentos mensais, 354
- 24.3 Cálculo da estimativa mensal, 354
- 24.4 Impacto das novidades da contabilidade no cálculo de IR e CSLL por bases estimadas, 354

- 24.5 Valores que não integram a base estimada do IR, 354
- 24.6 Exemplo numérico, 355
- 24.7 Instituições financeiras e equiparadas, 355
- 24.8 Atividades imobiliárias, 355
- 24.9 Comparação entre o cálculo pela estimativa e o cálculo pelo lucro real, 355
- 24.10 Acerto de contas, 356
- 24.11 Atenção no uso do balancete de redução ou suspensão, 357
- 24.12 Exemplo numérico, 357
- 24.13 Tratamento contábil, 359
- 24.14 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 360
- 25 Despesas dedutíveis e não dedutíveis, 363**
 - 25.1 Contabilidade e Fisco: integração desde 1977, 364
 - 25.2 Regra geral para dedutibilidade de despesas, 364
 - 25.2.1 Comprovação de despesas, 364
 - 25.2.2 Rateio de despesas, 365
 - 25.2.3 SPED e a nota fiscal eletrônica, 365
 - 25.2.4 Consultas respondidas, 365
 - 25.3 Custo das mercadorias e produtos vendidos, 365
 - 25.3.1 Os estoques na contabilidade (CPC 16), 366
 - 25.3.2 Compra de estoques a prazo e registro de AVP, 367
 - 25.3.3 Apuração do custo em empresas comerciais, 368
 - 25.3.4 Estoque adquirido do exterior, 369
 - 25.3.5 Custo apurado por empresas industriais, 369
 - 25.3.6 Custo arbitrado, 370
 - 25.3.7 Quebras e perdas, 372
 - 25.4 Pagamentos a sociedades civis ligadas, 372
 - 25.5 Despesas com provisões, 372
 - 25.5.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa, 372
 - 25.5.2 Provisão para perdas em processos trabalhistas, 375
 - 25.5.3 Riscos fiscais e tributos com exigibilidade suspensa, 376
 - 25.5.4 Provisão para participações de empregados no lucro, 377
 - 25.5.5 Provisão para perdas em processos cíveis, 377
 - 25.5.6 Provisão para ajustes a valor de mercado e para perdas por *impairment*, 377
 - 25.5.7 Provisão para garantias de produtos com defeito, 378
 - 25.5.8 Provisão para manutenção de bens do imobilizado, 378
 - 25.5.9 Provisão para contingências, 379
 - 25.5.10 Demais provisões, 379
 - 25.6 Provisões dedutíveis, 379
 - 25.7 Despesa com depreciação, 380
 - 25.7.1 Ativo imobilizado, 380
 - 25.7.2 Objetivo da depreciação na contabilidade, 380
 - 25.7.3 Exemplo didático: caminhão de empresa comercial, 380
 - 25.7.4 Métodos de depreciação, 381
 - 25.7.5 O critério fiscal, 382
 - 25.7.6 A despesa de depreciação e a parcela dedutível, 383
 - 25.7.7 Sugestão ao Fisco dada na 5ª edição deste manual, 383
 - 25.7.8 Exemplo com método da soma dos dígitos, 384
 - 25.7.9 Depreciação na aquisição de bens usados, 384
 - 25.7.10 Depreciação acelerada pelo uso, 385
 - 25.7.11 Depreciação acelerada incentivada, 385
 - 25.7.12 Bens que não devem ser depreciados, 385
 - 25.8 Despesas com amortização, 385
 - 25.8.1 Despesas pré-operacionais, 385
 - 25.8.2 Amortização de intangíveis, 386
 - 25.9 Doações, 386
 - 25.9.1 Doações a entidades civis, 386
 - 25.9.2 Doações a institutos de ensino e pesquisa, 387
 - 25.9.3 Doações a OSCIP, 387
 - 25.9.4 Doações a projetos enquadrados na Lei Rouanet, 387
 - 25.9.5 Doações para o fundo da criança e do adolescente, 388
 - 25.10 Gastos com cartões de crédito, 388
 - 25.11 Previdência privada, 388
 - 25.12 *Royalties* e assistência técnica, 388
 - 25.12.1 Conceito e despesas com *royalty*, 388
 - 25.12.2 Despesas não dedutíveis, 389
 - 25.12.3 Limite para dedução da despesa de *royalty*, 389
 - 25.12.4 Assistência técnica, 389
 - 25.13 Resultado negativo de equivalência patrimonial, 389
 - 25.14 Perdão de dívida, 390
 - 25.15 Alimentação de acionistas, administradores e sócios, 389
 - 25.16 Honorários e participações de administradores, 390
 - 25.17 Juros e multas de natureza fiscal, 390
 - 25.17.1 Parecer Normativo nº 61/79, 390
 - 25.17.2 Adição na base da CSLL, 391
 - 25.17.3 Momento da dedutibilidade da multa, 391
 - 25.17.4 Juros de mora, 391
 - 25.18 Multas de natureza não tributária, 391
 - 25.19 Despesas com propaganda, brindes e bonificações, 391
 - 25.19.1 Aspectos polêmicos entre brindes e propaganda, 392

- 25.19.2 Amostra grátis, 392
- 25.20 Despesas de viagem, 393
- 25.21 Despesas com benefícios indiretos a empregados, 393
- 25.22 Gratificações a empregados, 393
- 25.23 Despesas médicas, odontológicas e farmacêuticas, 393
- 25.24 Prejuízo na baixa de investimentos adquiridos com incentivos fiscais, 393
- 25.25 Prejuízo por desfálques, roubos, furtos ou apropriação indébita praticada por empregados ou terceiros, 393
- 25.26 Demais adições, 394
- 25.27 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 394
- 26 Exclusões ao lucro líquido, 397**
 - 26.1 Regra geral, 398
 - 26.2 Receitas contabilizadas e não exigidas pelo Fisco, 398
 - 26.2.1 Reversão de provisões constituídas em períodos anteriores, 398
 - 26.2.2 Dividendos recebidos de investimentos avaliados pelo custo, 398
 - 26.2.3 Resultado positivo de equivalência patrimonial, 398
 - 26.2.4 Amortização de deságio apurado na aquisição de investimentos, 398
 - 26.2.5 Lucro obtido na venda para empresas públicas, 399
 - 26.2.6 Ganho na venda de bens do imobilizado, 399
 - 26.2.7 Avaliação a valor justo ou ajuste a valor presente, 399
 - 26.3 Valores registrados no ativo ou patrimônio líquido e aceitos como despesa pelo Fisco, 400
 - 26.3.1 Depreciação acelerada incentivada, 400
 - 26.3.2 Juros sobre capital próprio, 400
 - 26.3.3 Exploração de petróleo cru pela Petrobras, 400
 - 26.3.4 Novas exclusões autorizadas pela Lei nº 12.973/14, 400
 - 26.4 Exemplo didático de exclusão postergada, 401
 - 26.5 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 402
- 27 Incentivos fiscais do imposto de renda das pessoas jurídicas, 405**
 - 27.1 Conceito geral, 406
 - 27.2 Programa de alimentação ao trabalhador, 406
 - 27.2.1 Exemplo numérico, 407
 - 27.3 Incentivos para atividade cultural, 408
 - 27.3.1 Atividade audiovisual, 408
 - 27.3.2 Atividade cultural ou artística, 409
 - 27.4 Doações como incentivos fiscais, 411
 - 27.4.1 Fundo da infância e da adolescência (FIA), 411
 - 27.4.2 Incentivo ao esporte, 412
 - 27.4.3 Pronon e Pronas, 412
 - 27.4.4 Fundo Nacional do Idoso, 412
 - 27.5 Lucro da exploração, 412
 - 27.6 Incentivos à inovação tecnológica, 413
 - 27.6.1 Dos dispêndios classificáveis como despesa operacional, 413
 - 27.6.2 Dedução integral na aquisição de imobilizado, 414
 - 27.7 Finam e Finor, 415
 - 27.8 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 415
- 28 Compensação de prejuízos não operacionais e o controle separado no LALUR, 417**
 - 28.1 Separação de prejuízos não operacionais, 418
 - 28.2 Lucro operacional compensando todo prejuízo não operacional, 418
 - 28.3 Lucro operacional compensando parte do prejuízo não operacional, 418
 - 28.4 Prejuízo operacional e prejuízo não operacional, 419
 - 28.5 Exemplo numérico completo, 419
 - 28.6 Comentários finais, 420
 - 28.7 Questões resolvidas, 421
 - 28.8 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 422
- 29 Lucro arbitrado, 425**
 - 29.1 Regra geral, 426
 - 29.2 Formas de arbitramento, 426
 - 29.2.1 Receita bruta conhecida, 426
 - 29.2.2 Receita bruta não conhecida, 426
 - 29.3 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 427
- 30 Imposto de renda diferido, 429**
 - 30.1 Tributação sobre o lucro: definição e conceito, 430
 - 30.2 Adições e exclusões: temporárias e definitivas, 430
 - 30.3 Despesa de IR com adições e exclusões definitivas, 431
 - 30.4 Despesa de IR com adições temporárias, 431
 - 30.5 Exemplos de ajustes temporários, 432
 - 30.6 Despesa de IR com exclusões temporárias, 432
 - 30.7 Crédito sobre prejuízos fiscais, 433
 - 30.7.1 Exemplo numérico: CIA. Barril, 433
 - 30.8 Regulamentação, 434
 - 30.9 Constituição de ativo sem expectativa de realização futura, 435
 - 30.10 Mudança de alíquota, 435
 - 30.11 Exemplo numérico, 436
 - 30.12 Notas explicativas, 437
 - 30.12.1 Exemplo didático de nota de reconciliação de alíquotas, 438
 - 30.13 Nota explicativa da Petrobras, 439
 - 30.14 Nota explicativa da Marisa lojas, 442
 - 30.15 RTT e os ativos e passivos fiscais diferidos, 442
 - 30.16 Cias. Abertas e as infomações sobre RTT, 443
 - 30.17 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 444

31 Retenções na fonte, 447

- 31.1 Considerações iniciais, 448
- 31.2 Retenção de entidades públicas, 448
- 31.3 Casos específicos, 450
- 31.4 Retenção/pagamentos de DARF menor que R\$ 10, 451
- 31.5 Prazo de recolhimento, 451
- 31.6 Retenção na fonte de PIS, COFINS e CSLL, 451
- 31.7 Tratamento contábil, 452
- 31.8 Regras específicas na retenção de contribuições, 453
- 31.9 Retenção de IR sobre multas, 453
- 31.10 Retenção na fonte de IR sobre serviços profissionais, 454
- 31.11 Prazo de recolhimento, 454
- 31.12 Tratamento contábil: exemplo apenas com retenção de IR, 454
- 31.13 IR sobre aplicações financeiras, 455
- 31.14 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 455

PARTE VI – TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESAS E ENTIDADES IMUNES/ISENTAS, 457

32 Tributação das microempresas e empresas de pequeno porte, 459

- 32.1 Introdução e regulamentação, 460
- 32.2 Justificativas para criação do Simples, 460
- 32.3 Redução da burocracia, 461
- 32.4 Formalização da opção pelo Simples Nacional, 461
- 32.5 Livro-caixa e escrituração contábil, 461
- 32.6 Tributação do MEI, 462
- 32.7 Receitas alcançadas pelo Simples Nacional, 462
- 32.8 Ganho de capital, 462
- 32.9 Declaração anual, 463
- 32.10 Distribuição de lucros, 463
- 32.11 Tributos unificados no Simples Nacional, 463
- 32.12 Limites para enquadramento, 464
- 32.13 O simples nacional e os estados e municípios, 465
- 32.14 Vedações à utilização do Simples, 465
- 32.15 Exclusão do Simples Nacional, 466
- 32.16 Pagamento mensal, 467
- 32.17 Cálculo do Simples Nacional, 467
- 32.18 Comércio, 467
 - 32.18.1 Empresa iniciando atividade em 2014, 468
 - 32.18.2 Empresa em funcionamento, 468
 - 32.18.3 Simples ou lucro real ou lucro presumido?, 468
 - 32.18.4 Empresa com vendas ao exterior, 469
 - 32.18.5 Substituição tributária, tributação concentrada e imunidade, 469
- 32.19 Empresas industriais, 470
- 32.20 Prestadores de serviços com INSS incluído no Supersimples, 470

- 32.20.1 Simples ou lucro real ou lucro presumido?, 471
- 32.21 Prestadores de serviços com INSS pago em função da folha de pagamento, 471
- 32.22 Prestadores de serviços com alíquota dependendo da folha de salários, 471
- 32.23 Ultrapassagem de limite, 472
- 32.24 Outros benefícios da Lei complementar nº 123/2006, 472
- 32.25 Modificações da Lei Complementar nº 147/14, 472
 - 32.25.1 Novas atividades, 472
 - 32.25.2 Anexo VI da Lei Complementar 123/06, 473
 - 32.25.3 Limite extra para exportação de serviços, 473
 - 32.25.4 Baixa de empresas, 473
 - 32.25.5 MEI – contratação por empresas, 473
- 32.26 Novas mudanças para 2018: projeto aprovado, 473
 - 32.26.1 Limite máximo, 473
 - 32.26.2 Novo modelo de cálculo, 473
 - 32.26.3 Novos setores, 474
 - 32.26.4 Novos investidores para inovação, 474
 - 32.26.5 Outras observações, 474
- 32.27 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 474

33 Tributação das entidades imunes e isentas, 477

- 33.1 Imunidade e isenção, 478
- 33.2 Templos de qualquer culto, 479
- 33.3 Partidos, sindicatos, autarquias e fundações, 479
- 33.4 Instituições de educação, 479
- 33.5 Instituições de assistência social, 479
- 33.6 Entidades isentas, 480
 - 33.6.1 Sociedades filantrópicas, recreativas e culturais, 480
 - 33.6.2 Microempresas e empresas de pequeno porte, 480
 - 33.6.3 Demais entidades, 480
- 33.7 Imunidade e isenção aplicada para PIS e COFINS, 480
- 33.8 PIS pago sobre a folha de pagamento, 481
- 33.9 Consultas favoráveis às entidades isentas, 482
- 33.10 COFINS das entidades imunes e isentas, 482
- 33.11 Resumo: incidem PIS e COFINS nas entidades sem fins lucrativos?, 485
- 33.12 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 487

PARTE VII – TRIBUTAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS, 489

34 Estrutura básica do IRPF no Brasil, 491

- 34.1 Aspectos introdutórios, 492
- 34.2 Contribuintes obrigados a declarar, 492
- 34.3 Prazo, forma e local de entrega da DAA, 493
- 34.4 Modelos de entrega, 493

- 34.4.1 Declaração simplificada, 493
- 34.4.2 Declaração completa, 494
- 34.5 Alíquotas, 494
- 34.6 Pagamento, parcelamento e atraso, 495
- 34.7 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 496
- 35 Rendimentos de pessoa física, 499**
 - 35.1 Receitas da pessoa física, 500
 - 35.2 Rendimentos isentos e não tributáveis, 500
 - 35.2.1 Rendimentos do trabalho e assemelhados, 500
 - 35.2.2 Rendimentos pagos por previdências, 502
 - 35.2.3 Indenizações, 503
 - 35.2.4 Rendimentos de participações societárias, 504
 - 35.2.5 Rendimentos obtidos no mercado financeiro, 504
 - 35.2.6 Obtidos na venda de bens, 505
 - 35.2.7 Demais rendimentos isentos, 505
 - 35.3 Rendimentos tributáveis, 505
 - 35.3.1 Rendimentos do trabalho, 506
 - 35.3.2 Rendimentos de aluguéis, 508
 - 35.3.3 Rendimentos de pensão, 509
 - 35.3.4 Benefícios da previdência privada, 509
 - 35.4 Rendimentos tributados exclusivamente na fonte, 509
 - 35.4.1 Prêmios em dinheiro, distribuídos por loterias, concursos ou sorteios, 510
 - 35.4.2 Décimo terceiro salário, 510
 - 35.4.3 Participação nos lucros ou resultados (PLR) das empresas, 510
 - 35.4.4 Rendimentos de aplicações financeiras, 510
 - 35.4.5 Juros sobre capital próprio, 511
 - 35.4.6 Outros rendimentos com tributação exclusiva na fonte, 511
 - 35.5 Casos específicos de retenção na fonte e tributação na daa, 511
 - 35.5.1 Cumprimento de decisão da justiça federal, 511
 - 35.5.1 Cumprimento de decisões da justiça do trabalho, 511
 - 35.6 Rendimentos recebidos acumuladamente, 511
 - 35.7 Casos de não retenção e não recolhimento, 512
 - 35.8 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 512
- 36 Deduções permitidas, 515**
 - 36.1 Deduções permitidas, 516
 - 36.2 Dependentes, 516
 - 36.3 Contribuição previdenciária oficial, 517
 - 36.4 Contribuição previdenciária privada, 517
 - 36.4.1 Dedução hoje, tributação amanhã, 517
 - 36.5 Pensão alimentícia, 518
 - 36.6 Despesas médicas, 518
 - 36.7 Despesas com educação, 519
 - 36.8 Apuração do imposto a pagar ou restituir, 519
- 36.8.1 Incentivos fiscais, 520
- 36.8.2 Deduções para empregadas domésticas, 520
- 36.9 Doações, 520
- 36.10 Carnê-leão, 520
 - 36.10.1 Fato gerador, 520
 - 36.10.2 Alíquota e base de cálculo, 521
 - 36.10.3 Deduções do livro-caixa, 521
 - 36.10.4 Rendimentos recebidos no exterior, 522
 - 36.10.5 Exemplos numéricos, 523
- 36.11 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 523
- 37 Declaração de bens, 525**
 - 37.1 Declaração de bens, 526
 - 37.2 Bens que devem ser declarados, 526
 - 37.3 Benfeitorias, 526
 - 37.4 Ganhos de capital, 526
 - 37.5 Venda de bens com valor menor que R\$ 35 mil, 528
 - 37.6 Ganho de capital: exemplos numéricos, 528
 - 37.6.1 1º exemplo: aquisição a partir de 1996, 528
 - 37.6.2 2º exemplo: aquisição entre 1989 e 1995, 529
 - 37.6.3 3º exemplo: aquisição entre 1970 e 1989, 529
 - 37.6.4 4º exemplo: venda antes da compra, 530
 - 37.6.5 5º exemplo: venda com uso integral do dinheiro para compra de outro imóvel no prazo de 180 dias, 530
 - 37.6.6 6º exemplo: venda com uso parcial do dinheiro para compra e outro imóvel no prazo de 180 dias, 530
 - 37.7 Permuta de bens imóveis, 531
 - 37.8 Novas alíquotas de ganho de capital a partir de 2017, 531
 - 37.9 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 532
- PARTE VIII – TÓPICOS AVANÇADOS DE TRIBUTAÇÃO, 535**
- 38 Juros sobre capital próprio, 537**
 - 38.1 Custo de oportunidade, 538
 - 38.2 Novidade na legislação tributária, 538
 - 38.3 JCP pago por empresas no lucro presumido, 538
 - 38.4 Cálculo dos juros sobre capital próprio, 539
 - 38.5 Limite de dedutibilidade, 540
 - 38.5.1 Prejuízo no ano e saldo de lucros acumulados, 540
 - 38.5.2 Lucro no ano e saldo de lucros acumulados, 540
 - 38.6 Tratamento fiscal do pagamento a maior, 540
 - 38.7 Dedução da CSLL antes do cálculo do limite, 541
 - 38.8 Retenção na fonte, 541

- 38.9 Inclusão na base dos dividendos, 541
- 38.10 Incorporação ao capital social, 541
- 38.11 JCP como instrumento de planejamento tributário, 541
- 38.12 Exemplo numérico, 542
 - 38.12.1 Substituição simples de dividendos por JCP, 542
 - 38.12.2 Três empresas, 543
 - 38.12.3 Distribuição antecipada, 544
- 38.13 Tratamento contábil e outras novidades, 544
- 38.14 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 545
- 39 Participações societárias, 547**
 - 39.1 Crescimento nas aquisições de empresas, 548
 - 39.2 Tipos e formas de avaliação de investimentos, 548
 - 39.3 Método de custo, 548
 - 39.4 Conceito societário de coligação e controle, 548
 - 39.5 Extinção do conceito de relevância para fins de MEP, 549
 - 39.6 A Lei nº 12.973/14 e as participações societárias, 549
 - 39.7 Participação em investidas avaliadas pelo MEP: desdobramento do custo de aquisição, 550
 - 39.8 Avaliação do investimento no balanço, 551
 - 39.9 Participação societária: impacto da variação de ativos avaliados a valor justo, 552
 - 39.10 Amortização do ágio e do deságio, 552
 - 39.11 Tratamento fiscal das participações societárias nos processos de reorganização societária, incluindo tratamento do ágio e do deságio, 552
- 39.12 Considerações, comentários e exemplos sobre as modificações da Lei nº 12.973/14 em relação às participações societárias, 555
- 39.13 Ágio e deságio: tratamento até dez/07, 555
- 39.14 Ágio e deságio: novo tratamento contábil-societário, 555
- 39.15 Exemplo numérico 1: compra com mais-valor e *goodwill*, 556
- 39.16 Exemplo 2: compra com mais-valor e ganho em compra vantajosa, 557
- 39.17 Exemplo 3: caso mais amplo, 558
- 39.18 Reestruturação societária, 559
 - 39.18.1 Aspectos societários, 561
- 39.19 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 561
- 40 Registros no PL e os efeitos fiscais, 563**
 - 40.1 Aspectos introdutórios, 564
 - 40.2 A reavaliação de ativos: o que era e como fica, 564
 - 40.3 Tratamento fiscal, 564
 - 40.4 Exemplo numérico, 565
 - 40.5 Explicação alternativa: reavaliação em dez passos, 568
 - 40.6 Ajustes de avaliação patrimonial, 569
 - 40.6.1 Custo atribuído (*demeed cost*), 569
 - 40.6.2 Instrumentos financeiros, 571
 - 40.7 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 574

Gabarito, 577